

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N° 013

Período: de 29/12/01 a 04/01/02

Franca – Brasil

- 1 – Governo planeja operação de combate à violência no Pará e recebe críticas de entidade ligada ao campo
- 2 – Congressistas americanos visitarão região da Tríplice Fronteira
- 3 – FAB decide concorrência para compra de caças em março
- 4 - Governo deseja modificar Lei de Segurança Nacional visando o terrorismo
- 5 - Brasil faz doação de US\$ 305 mil para a OEA
- 6 - Homossexualismo poderá deixar de ser crime militar
- 7 - Exército brasileiro é acusado de danos ecológicos

1.- Governo planeja operação de combate à violência no Pará e recebe críticas de entidade ligada ao campo

O governo federal está organizando uma megaoperação na região do Bico do Papagaio, região sul do estado do Pará – a mesma que ficou famosa pelos combates entre o Exército e a Guerrilha do Araguaia. A operação está prevista para o início de janeiro e visa combater a violência no campo, problema agudo naquele estado. A operação será coordenada pelos Ministérios da Justiça e Desenvolvimento Agrário. Devem dela participar pelo menos mil homens do Exército e também agentes da Polícia Federal. A ação deve percorrer fazendas, assentamento e áreas de invasão de sem-terras e prevê execuções de prisões de pessoas que cometeram crimes ligados a questões de terras: mandantes de crimes, assassinatos, matadores de aluguel, segurança particular irregular, trabalho escravo, etc. O Presidente da Comissão Pastoral da Terra – entidade da Igreja Católica que atua no campo – em Xinguara (estado do Pará), padre Henry de Roziers, criticou a propaganda em torno da operação; segundo ele, a divulgação da operação pode sabotá-la Segundo um relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no Brasil foram registradas 706 mortes no campo nos últimos 30 anos. Só o estado do Pará registrou o maior número de mortes neste ano, com o total de 10. Cerca de 26 sindicalistas estariam jurados de morte e 1300 casos de trabalho escravo foram registrados em 2001, contra 295 em 2000. (Folha de S.Paulo – Brasil – 29/12/01; Correio Braziliense – Segurança – 03/01/02; Jornal do Brasil – Brasil – 04/01/02)

2.- Congressistas americanos visitarão região da Tríplice Fronteira

Uma delegação composta por congressistas americanos visitará a região da Tríplice Fronteira. O grupo será liderado pelo deputado Cass Ballenger, e visitará a região composta pelas cidades de Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad Del

Este; a vinda da delegação ocorre pelo fato da região ser considerada refúgio de células terroristas islâmicas. (O Estado de S.Paulo – Internacional – 31/01/01)

3.- FAB decide concorrência para compra de caças em março

Com a ameaça de obsolescência dos caças Mirage, utilizados na Força Aérea Brasileira (FAB) e, ainda, com a proximidade da concretização do Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), o projeto F-X foi constituído para modernizar a frota de caças supersônicos brasileiros. O projeto AL-X, concebido em 95, prevê também a compra de aeronaves, cerca de 76, que ficarão instalados na Base Aérea de Natal, servindo no controle aéreo do espaço amazônico. Cinco empresas concorrerão ao concurso final: a brasileira EMBRAER, em parceria com a empresa francesa, uma sueca, uma americana e a russa Rosoboronexport. A FAB necessita de recursos obtidos no exterior para fechar os negócios. Já foi obtido US\$ 420 milhões para o SIVAM, faltando cerca de US\$ 700 milhões para o restante do projeto. O lobby de empresas e governos é intenso; o critério prioritário deverá ser a possibilidade de transferência de tecnologia. O resultado da licitação deve ser conhecido em março. (Jornal do Brasil – Brasil – 01/01/02)

4.- Governo deseja modificar Lei de Segurança Nacional visando o terrorismo

No início deste ano o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso enviará ao Congresso um projeto de lei que deve substituir a Lei de Segurança Nacional (LSN), cuja revogação foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no final do ano passado. Resta ainda sua aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Senado. A nova lei prevê a inclusão de delitos no Código Penal, referentes a “crimes contra o Estado democrático de Direito. Seu principal diferencial com relação à lei anterior é a previsão de pena específica para atos terroristas, variando de acordo com a gravidade do ato ou suas conseqüências, e pode chegar até a 30 anos de reclusão. Outros crimes de natureza política são previstos pela nova lei: o crime contra a cidadania, que inclui o atentado a direito de manifestação, e, ainda, a constituição, participação, prática e incitação ao preconceito, de sexo, cor ou orientação sexual. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/01/02).

5.- Brasil faz doação de US\$ 305 mil para a OEA

O Brasil fez hoje uma doação no valor de US\$ 305 mil à OEA, para contribuir com as atividades voluntárias desenvolvidas pela mesma; estas atividades visam ao fortalecimento da democracia e ao combate ao terror no hemisfério. Os programas abrangem ainda o combate ao narcotráfico, a defesa dos direitos humanos, o Fundo de Paz para resolução pacífica de conflitos e o Fundo de Emergência para socorro em caso de desastres naturais. (Folha de S.Paulo – Brasil – 02/01/02)

6.- Homossexualismo poderá deixar de ser crime militar

Uma nova versão do Programa Nacional de Direitos Humanos do governo está à disposição para consulta pública no site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br) até o dia 10/11. No Programa aparecem propostas que representariam avanços

na área dos direitos dos homossexuais; entre elas existe a sugestão da supressão do termo “pederastia” que existe no Código Penal Militar, na área que trata dos crimes sexuais. Não existe atualmente no Brasil lei específica que proíba o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas, mas existem muitos casos de homossexuais perseguidos e pressionados a abandonar a caserna. A comunidade gay afirma que o fato de haver uma menção explícita ao homossexualismo constitui discriminação; se aprovado, o ato sexual continuará proibido dentro de lugar sujeito à administração militar. (Folha de S.Paulo – Cotidiano – 02/01/02; Jornal do Brasil – Brasil – 02/01/02)

7.- Exército brasileiro é acusado de danos ecológicos

O Exército brasileiro interditou desde o dia primeiro deste ano um trecho de 15 quilômetros de uma estrada na região da Zona da Mata Pernambucana (estado de Pernambuco); no local desde 1944 funciona um campo de treinamento. Os habitantes da cidade próxima que transitavam por ela estão sendo obrigados a fazer um percurso mais longo para chegarem à capital do estado, Recife. A interdição está provocando um conflito entre Exército, população e políticos. O Exército alega que o ato era necessário para evitar acidentes com armamentos e artefatos bélicos; a prefeitura alega que os militares estão tentando esconder a devastação ecológica a qual submeteram a área de 18 mil hectares ao longo dos anos. (Jornal do Brasil – Brasil – 04/01/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correio braziliense.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

Jornal da Tarde: www.jt.com.br

Zero Hora: www.zerohora.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Carolina Feccini Gaona e Érica Winand, bolsistas CNPq/Pibiq e Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.